

A PRÁTICA DO PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA

Letícia Novais Pereira Assunção
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Roberta Bolzan Jauris
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: A produção deste estudo consiste em relatar a experiência da prática do Psicodiagnóstico infantil enquanto disciplina obrigatória da matriz curricular da graduação em Psicologia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. O desenvolvimento do processo de execução da atividade ocorreu no segundo semestre do ano de 2019 no NUPPSI – Núcleo de Práticas Psicológicas da UESB. Foram seguidas as etapas pressupostas no Psicodiagnóstico, assegurando todas as diretrizes éticas estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). O relato, assegurado pelo Termo de Ciência e Consentimento Livre e Esclarecido do NUPPSI, descreve o procedimento de um caso atendido em dez sessões, incluindo a entrevista de anamnese e a devolutiva com duração total de dois meses e com frequência de um encontro semanal. O caso trata de uma criança do sexo masculino (sete anos) com queixa dos responsáveis acerca de comportamento agressivo e dificuldade de aprendizagem no âmbito escolar. Para o estudo de caso e execução da prática houve a participação de cinco estagiárias, sendo que uma dupla realizava os atendimentos e as demais tinham função de grupo de apoio, além de ocorrer supervisões com a docente responsável. Enquanto resultado, destacamos a produção e a entrega do laudo psicológico que aborda a conclusão acerca do caso e o encaminhamento sugerido pelas estagiárias. Este trabalho visa compartilhar tal experiência com a comunidade acadêmica e/ou profissional, salientando reflexões e reavaliações de sua atuação. Destaca, inclusive, sua validade para toda a sociedade ter ciência dos serviços psicológicos ofertados.

Palavras chave: Comportamento. Infância. Psicodiagnóstico.

Introdução

Entre as diversas áreas de atuação da Psicologia encontra-se a avaliação psicológica como uma das mais antigas, processo científico caracterizado pela utilização de instrumentos e técnicas que visam avaliar os fenômenos psicológicos de um indivíduo ou grupo, baseando-se na análise de informações obtidas durante o procedimento. Esta área é de execução restrita da Psicologia e, atualmente subsidia o trabalho da(o) profissional psicóloga(o) em diversas áreas como saúde, educação e trabalho.

O Psicodiagnóstico é, entretanto, um tipo de avaliação psicológica que utiliza seus métodos a fim de diagnóstico ou confirmação de hipóteses, demandando especificidade no processo. Arzeno (1995) destaca quatro finalidades para uso do Psicodiagnóstico: a primeira é o *diagnóstico* visando a explicação do que ocorre além do que pode ser descrito conscientemente pelo paciente e desconsiderar rotulações; a segunda como *avaliação do tratamento* feito em uma primeira ocasião; a terceira como meio de *comunicação*, pois o processo pode estimular comportamentos naturais e contribuir para a perda de determinadas

inibições; e, a quarta, como *investigação* podendo criar novos instrumentos de exploração, planejar investigação para determinado caso ou chegar a conclusões válidas.

A graduação em Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) possui o serviço-escola que funciona desde julho de 2016, serviço gratuito à comunidade interna e externa. Entende-se a importância e necessidade na promoção de formação teórico-prática com contribuição social ao prestar serviços à comunidade.

Desse modo, esta produção apresenta um relato de experiência de atividade prática de Psicodiagnóstico realizado com público infantil. A prática foi proposta durante a disciplina de Psicodiagnóstico no oitavo semestre da graduação em Psicologia pela UESB, *campus* Vitória da Conquista - Bahia. Sua execução contou com a participação de cinco estagiárias, sendo duas responsáveis pelo atendimento e as demais pela construção de materiais utilizados durante o processo, atuando principalmente como grupo de apoio, seguindo a ética profissional, sob supervisão da docente responsável pela disciplina.

No Núcleo de Práticas Psicológicas da UESB (NUPPSI) realiza-se o Psicodiagnóstico infantil a partir de encaminhamentos externos ou demanda própria dos responsáveis. Anteriormente a esse processo, os interessados passam pela triagem que visa avaliar o contexto e encaminhá-los a um serviço específico, entre eles o Psicodiagnóstico. Este contato inicial com os responsáveis condiz com a primeira etapa do Psicodiagnóstico e, por isso, a importância do estagiário realizá-lo para posteriormente abrir o prontuário. Vale salientar que conforme os protocolos éticos, os alunos têm acesso à triagem realizada anteriormente que se faz essencial no processo, mas que não anula a importância da realização da entrevista de anamnese com os responsáveis durante o primeiro atendimento. A prática do Psicodiagnóstico foi realizada em dez sessões com encontros semanais e duração total de dois meses.

Tendo em vista o contexto educacional teórico-prático durante a formação na graduação, este relato de experiência visa compartilhar o conhecimento adquirido com demais graduandos e profissionais da área. É essencial produzir estudos sobre essas experiências, informar sobre os serviços ofertados à população, gerar reflexões acerca do fazer psicológico, ampliar as possibilidades de atuação, compartilhar e reavaliar as atividades realizadas.

Fundamentação Teórica

Após a Primeira Guerra Mundial (século XX) o uso de testes psicológicos aumentou cada vez mais com o intuito de examinar os fenômenos acerca da personalidade, inteligência, desempenho, entre outros, diretamente ligados à observação comportamental e integrativa nos ambientes educacionais e militares. Contudo, durante essa época nomeava-se esse processo

como testagem, envolvendo a avaliação de diversos grupos de recrutas. O termo avaliação surgiu a partir da Segunda Guerra Mundial (COHEN; SWERDLICK; STURMAN, 2014, p. 2).

Direcionando a discussão para o contexto brasileiro, os dois primeiros laboratórios de Psicologia aplicada foram fundados em São Paulo em 1906 e 1914. Nestes realizavam-se pesquisas acerca da aprendizagem, utilizando testes de desenvolvimento mental e de aprendizagem para leitura e escrita (PASQUALI, 2016 apud WECHSLER; HUTZ; PRIMI, 2019, p. 122). Wechsler, Hutz e Primi (2019, p. 123) destacam que “o ano de 1962 pode ser considerado como um dos períodos de maior impacto na Psicologia brasileira com a regularização legal da profissão de psicólogos (Lei nº 4.119/62), na qual o uso de testes psicológicos foi declarado privativo do psicólogo (Decreto nº 53.464/64)”.

Ao referir-se à avaliação psicológica, entretanto, entende-se que os testes psicológicos são apenas alguns dos instrumentos utilizados e que demanda do profissional avaliador conhecimento e habilidade para integrar os dados obtidos. Os autores Cohen, Swerdlick e Sturman (2014) diferenciam a avaliação psicológica e a testagem:

Definimos avaliação psicológica como coleta e integração dos dados relacionados à psicologia com a finalidade de fazer uma estimativa psicológica, que é realizada por meio de instrumentos como testes, entrevistas, estudos de caso, observação comportamental e aparatos e procedimentos de medida especialmente projetados. Definimos testagem psicológica como o processo de medir variáveis relacionadas à psicologia por meio de instrumentos ou procedimentos projetados para obter uma amostra do comportamento (COHEN; SWERDLICK; STURMAN, 2014, p. 3).

A avaliação psicológica é caracterizada como um processo complexo que demanda ética profissional, tempo e estudo para analisar as questões encaminhadas. O planejamento do avaliador deve considerar a demanda, contexto e objetivo ao selecionar os materiais que utilizará no decorrer do processo. Conforme Hutz (2015) a avaliação objetiva-se na produção de hipóteses ou diagnósticos sobre uma pessoa ou um grupo acerca do funcionamento intelectual, características da personalidade, aptidão para desempenhar uma ou um conjunto de tarefas, entre outras possibilidades.

Todavia, o Psicodiagnóstico abrange qualquer tipo de avaliação psicológica, sendo um procedimento científico com objetivos clínicos, limitado no tempo, empregando técnicas e/ou testes para avaliar características psicológicas, a fim de um diagnóstico psicológico fundamentado em orientação teórica para compreender determinada situação, gerando indicações terapêuticas e encaminhamentos (KRUG; TRENTINI; BANDEIRA, 2016, p. 27).

Ao considerar o contexto histórico encontra-se divergências entre autores acerca da conceituação do Psicodiagnóstico a partir da utilização de testes ou não. Apesar das novas

estratégias é necessário “manter um embasamento científico para oferecer respostas adequadas e compatíveis com os progressos de outros ramos da ciência, especialmente em termos de questões diagnósticas” (CUNHA, 2007, p. 25), abre-se a discussão em considerar as diversas teorias e seus métodos ao realizá-lo, excluindo a obrigatoriedade da aplicação de teste.

Estudos já realizados sobre as demandas infantis, principalmente em serviços-escola, constataram queixas de agressividade, timidez, dificuldade de aprendizagem, ansiedade, nervosismo, entre outras. Geralmente, sintomas externalizantes são mais comuns no público masculino, enquanto os internalizantes comandam as queixas do público feminino. Demandas de dificuldade de aprendizagem são encontradas em ambos. As divergências entre queixas e diagnósticos ressaltam a importância do Psicodiagnóstico a fim de que sejam feitos encaminhamentos de acordo às suas reais necessidades (VAGOSTELLO; ALBUQUERQUE; et al, 2017, p. 54).

Ao final desse procedimento, em entrevista devolutiva, é de suma importância a entrega de documentos psicológicos que abordam os resultados obtidos. Trata-se da síntese dos dados relevantes como também de conclusão acerca do tratamento ou encaminhamento, caso necessário. Conforme Groth-Manart (2003), em vista do risco da perda de objetividade e especificidade, gerando dados vagos e estereotipados, a orientação é que tenha foco no caso estudado e com descrição dos aspectos do avaliado (apud ROVINSKI; LAGO, 2016, p. 309).

Os documentos psicológicos são elaborados com base na Resolução nº 006/2019 do CFP (CFP, 2019). Esta institui as regras para a elaboração desses documentos pelo exercício profissional. A resolução aborda também os possíveis documentos psicológicos e respectivas estruturas e finalidades, salientando que qualquer comunicação por escrito decorrente de avaliação psicológica deve ser orientada pelas diretrizes estabelecidas, sob pena de incorrer em falta ética disciplinar. No caso da atividade relatada, o documento produzido foi um laudo psicológico com o intuito da relevância do aprendizado na escrita profissional durante a graduação. Este aborda questões relevantes sobre o sujeito em questão e propõe a conclusão de caso, assim como encaminhamento de acordo com o que foi observado, apresentando informações técnicas e científicas dos processos psicológicos, considerando o contexto histórico-social do indivíduo, grupo ou instituição avaliada.

Percurso metodológico

Para a produção do presente relato de enfoque qualitativo vale considerar a organização metodológica proposta para a prática do desenvolvimento do atendimento psicológico: o processo Psicodiagnóstico. A organização contou com um grupo de cinco estagiárias em que

duas realizavam os atendimentos em dupla e, as demais constituíam o grupo de orientações, estudos e apoio para as sessões de atendimento, além da produção de materiais. O desenvolvimento dos atendimentos em dupla visou o ensino teórico-prático e buscou ampliar o aprendizado para todos os discentes da turma, ressaltando os pressupostos éticos profissionais.

O espaço físico em que essa prática foi desenvolvida foi o NUPPSI, um serviço-escola de Psicologia da UESB. As atividades exercidas no núcleo são gratuitas e destinadas a toda comunidade do município ou região e, asseguradas pela assinatura dos participantes do Termo de Ciência e Consentimento Livre e Esclarecido. Em sua maioria são realizadas pelos estudantes de graduação sob supervisão de docentes. O NUPPSI conta com salas destinadas à espera, aos atendimentos, supervisão, coordenação, arquivo de prontuário, banheiros e cozinha. Uma das salas é prioritária aos atendimentos infantis por demandar outra estrutura. Esta contém, principalmente, materiais lúdicos que facilitam as interações entre os envolvidos e, um banheiro próprio.

Com a realização da triagem executada anteriormente, as informações coletadas foram de extrema importância no planejamento de manejo da primeira sessão do processo. A experiência da prática do Psicodiagnóstico ocorreu no segundo semestre do ano de 2019. Os relatos de sessões elaborados nesse período contribuíram para a especificidade dos dados que serão abordados. Ocorreram dez sessões (inclui-se a entrevista de anamnese e a devolutiva) durante os dois meses destinados à prática com frequência de um encontro semanal com duração de no máximo uma hora. Além dessas sessões, aproximadamente na sexta semana do processo, ocorreu uma visita escolar com o intuito de conhecer e observar o contexto oriundo de uma das demandas da criança. Vale ressaltar a realização das supervisões sob responsabilidade da docente também com encontros semanais entre as sessões.

Acerca dos materiais e instrumentos utilizados, destacam-se a entrevista de anamnese; o livro “O primeiro livro da criança sobre psicoterapia” de Marc A. Nemiroff e Jane Annunziata (1995); o catálogo das emoções – Figura 1; as Provas Piagetianas: conservação de pequenos conjuntos discretos de elementos (nº 1) e seriação de palitos (nº 10); duas atividades pedagógicas (português e matemática); o Jogo das Emoções com chocolate; o Baralho da Família (CASALVARA, 2019); as Sentenças dos Sentimentos; o questionário de pesquisa sobre teste de agressividade¹; atividade referente à dinâmica familiar; e a pintura livre. Além

¹ O período da prática realizada coincidiu com o convite para participar da pesquisa “Normatização da Peer Aggressive Behavior Scale (PAB-S) para o contexto Brasileiro”, coordenada pela Dra. Juliane Callegaro Borsa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A aplicação foi autorizada pelos responsáveis, pela criança e também pela escola.

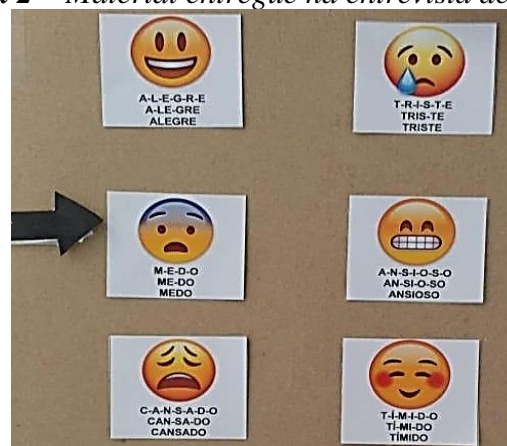
desses materiais, durante a entrevista devolutiva foi entregue um material produzido pelas estagiárias com a finalidade de facilitar a expressão das emoções da criança – Figura 2. Seguem recortes de alguns desses materiais que foram produzidos pela equipe para que o atendimento fosse conduzido conforme a demanda e contexto:

Figura 1 – Catálogo das emoções



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 2 – Material entregue na entrevista devolutiva



Fonte: arquivo pessoal.

Em relação ao questionário sobre o teste de agressividade, sua utilização foi proposta para contribuir com a pesquisa. A aplicação dos questionários possibilitou a obtenção de dados objetivos relacionados às características da criança e de seus comportamentos nas relações interpessoais.

Sobre a visita à escola, autorizada pelos responsáveis e pelo infante, ocorreu no turno em que o avaliado estudava para que as estagiárias pudessem compreender seu contexto e coletar informações em diálogo com a diretora e professora acerca da criança. Com a visita foi possível observar o seu comportamento frente às demais crianças e adultos de sua convivência. Essa análise foi imprescindível, pois a escola era uma fonte de queixa aos responsáveis acerca do desempenho escolar e dos comportamentos da criança.

Por fim, foi produzido o laudo psicológico contendo as informações relevantes, seguido das diretrizes da Resolução CFP nº 006/2019 (CFP, 2019) e com revisão ética e estrutural da docente supervisora. Este documento foi de conhecimento da criança avaliada e, de acordo com

sugestões de modificação feitas por ela, posteriormente foi apresentado e entregue aos responsáveis.

A prática do Psicodiagnóstico

A seguir serão relatados os dados obtidos conforme a ordem das etapas propostas na execução do Psicodiagnóstico e as fichas de sessões elaboradas pelas discentes. A revisão desses relatos foi possível a partir do prontuário criado referente à criança para que todas suas informações e atividades executadas fossem arquivadas.

Descrição da demanda

O único caso atendido trata-se de Caio², do sexo masculino, sete anos de idade, cursando o 1º ano do ensino fundamental em escola privada, de bairro periférico da cidade sede do serviço-escola. Em seu meio familiar, reside com seu irmão mais novo (cinco anos) e seus pais. A queixa inicial trazida na triagem e na entrevista de anamnese descreve comportamento agressivo quando lhe é negado algo, além da dificuldade de aprendizagem e concentração nos estudos que são fatores preocupantes aos seus responsáveis.

A entrevista de anamnese

Foi realizada a entrevista de anamnese apenas com a presença dos pais para averiguar o histórico da criança desde a sua concepção, relações sociais e a origem da busca pelo serviço. “A anamnese é um tipo de entrevista realizada para investigar a história do examinando, ou seja, os aspectos de sua vida considerados relevantes para o entendimento da queixa” (SILVA; BANDEIRA, 2016, p. 92). Essa entrevista, segundo Cunha (2000 apud SILVA; BANDEIRA, 2016, p. 92) tem como um de seus objetivos “a busca de uma possível conexão entre os aspectos da vida do avaliando e o problema apresentado”. Os responsáveis relataram que desejavam compreender a situação do filho e acreditavam que poderia ser resolvida, inclusive, abordando a convivência familiar. Os pais apontaram que desde pequeno Caio gosta muito de brincar, mas não gosta de ficar sozinho e tem boa relação familiar. Descreveram que atualmente o filho tem apresentado comportamentos de agressividade quando recebe “não” dos pais, ilustrado por batidas dos pés no chão e murros na cama, um dos motivos pelos quais os pais procuram o serviço do NUPPSI.

² Nome fictício escolhido para a criança.

A dificuldade de aprendizagem e de concentração nos estudos também foram apontadas. Como exemplo, a criança apresentava dificuldade em contar até vinte e em falar algumas palavras. Por vezes, sua fala é pausada com troca de letras (R pelo L). Apesar dos pais relatarem a dificuldade de aprendizagem do seu filho, também descreveram a facilidade do mesmo em outras questões, por exemplo, o fato de ser observador e ter raciocínio rápido e estratégico diante de algumas situações. O pai esclareceu que *“talvez essas questões não sejam algo tão sério”[sic]* e que um olhar e esclarecimento por parte das estagiárias poderiam possibilitar a compreensão das mesmas e assim, ajudar seu filho. Todavia, durante a entrevista notou-se diversas comparações entre os dois filhos do casal, principalmente em relação à queixa escolar. O filho mais novo acompanhava o mais velho na escola, inclusive na mesma sala de aula para não ficar sozinho em casa. Por conta disso, os pais observavam melhor desenvolvimento da aprendizagem do filho mais novo.

Primeiro contato com a criança

Nesse segundo momento, a dupla de estagiárias responsável pelo atendimento buscou criar vínculo com a criança. Dessa forma, com a utilização de um *tablet* começaram a leitura do livro “O primeiro livro da criança sobre psicoterapia” que traz em um de seus trechos: “Os terapeutas de crianças ajudam as crianças a conhecerem suas preocupações e os sentimentos que fazem os problemas surgirem” (NEMIROFF; ANNUNZIATA, 1995, p. 16) e explica à criança o processo de psicoterapia, assim como, esclarece algumas garantias enquanto avaliado, como por exemplo a questão do sigilo. Durante a leitura notou-se a criança atenciosa, apesar de algumas distrações com os brinquedos da sala. Foi notória a sua dificuldade em reconhecer seus sentimentos, pois sempre quando questionado acerca deles respondia *“não sei”[sic]* até que Caio questionou o que são sentimentos e as estagiárias explicaram dando exemplos. Após a leitura do livro, optamos pelo brincar livre para que ele se sentisse à vontade.

Síntese dos primeiros encontros

No segundo momento com a criança foi solicitado pelas estagiárias um desenho livre. Primeiramente a criança negou-se a fazê-lo por não gostar de desenhar, mas posteriormente resolveu desenhar a casa de sua avó, ambiente em que passa boa parte de seu tempo na ausência de seus pais, juntamente com seu irmão e alguns primos. Após esse momento, Caio referiu-se a um ocorrido da semana anterior durante o brincar livre e afirmou para as discentes que *“mulher não pode esquecer”[sic]* e questionou *“você ia esquecer se te desse dinheiro? Se te*

devesse?”[sic]. Após questionamento das discentes, afirmou ter escutado falar sobre isso na escola, porém não prosseguiu a conversa.

Quando indagado sobre a possibilidade da visita à sua escola, Caio não autorizou, justificando que temia o que a professora diria. Afirmou que pensaria na possibilidade e ponderou um acordo que envolvesse o uso do *tablet* (utilizado no encontro anterior) por ele e, em contrapartida autorizaria a visita. Durante o encontro, Caio demonstrou interesse pela régua normógrafo com letras do alfabeto e ao ser lhe apresentados números, houve dificuldade em dar seguimento à contagem, porém apresentou mais facilidade na contagem decrescente.

De acordo com observações e dados de algumas sessões foi planejado para o quarto atendimento a aplicação de duas Provas Piagetianas e a elaboração do contrato proposto e assinado em conjunto, este foi pensado para que se estabelecesse alguns acordos e limites durante as sessões. A aplicação das provas teve o objetivo de analisar seu desenvolvimento e consequentemente, o raciocínio lógico de acordo com suas demandas, verificando em que fase piagetiana a criança se encontrava. Na primeira prova aplicada (conservação de pequenos conjuntos discretos de elementos) notou-se que, inicialmente, Caio acreditava que o segundo grupo de fichas era formado por uma quantidade maior de elementos. Apenas depois de uma correspondência termo a termo que ele percebeu que se tratava de dois grupos com a mesma quantidade de elementos. Na segunda prova (seriação de bastonetes) a criança seriou alguns palitos, porém apresentou dificuldade em manter a realização da atividade e mudou seu foco, explorando uma das caixas de brinquedos.

Após a elaboração conjunta e assinatura do contrato, foi utilizado o catálogo das emoções (versão digital) com o objetivo de auxiliá-lo no reconhecimento de suas próprias emoções. Foram selecionadas emoções consideradas comuns ao repertório da criança, de acordo com os seus relatos e de seus pais. O nome da emoção aparece em três versões: separado por letra (soletrado), separado por sílabas e como palavra completa. Ao final, questionado pelas estagiárias sobre como estava se sentindo, Caio indicou a que representava “raiva” e justificou dizendo que ele e sua mãe chegaram atrasados na sua aula de luta (anterior ao seu horário de atendimento) e, devido ao atraso, ele não pode participar da atividade realizada naquele local.

Para o quinto atendimento foi planejada a realização de atividades com fins pedagógicos para averiguar possível dificuldade de aprendizagem da criança. Percebeu-se sua indisposição desde o início desse atendimento. Caio esteve na posição confronto ao nos “*trolar*”[sic] (termo dito pela criança). Quando perguntávamos como tinha sido a semana ou como estava se sentindo naquele momento, nos relatava uma história e logo depois começava a dar risada e

dizer que estava nos “trolando”[sic], enganando. Em relação às atividades se negou a fazer e nos descreveu que eram difíceis, relatando gostar de atividades de copiar.

Tendo em vista a fala dos pais durante a entrevista de anamnese acerca do não aceitação de uma negação e do seu comportamento estratégico em algumas situações, ocorreu um episódio em que a criança se interessava em jogar no *tablet* e após lhe ser negado, Caio se levantou e direcionou uma estagiária pelo braço, colocando-a de castigo contra a parede, exigindo silêncio. Minutos depois repetiu com a outra. Após intervir a atitude de Caio, nos retirando da posição, ele afirmou que não iria nos responder, que ficaria em silêncio. Pontuamos que devido ele não ter cumprido com o acordo, ele não iria jogar naquele dia, e que pensaríamos em algo para próxima semana. Caio saiu da sala de atendimento não muito satisfeito, porém a negação foi de maneira proposital para compreendermos sua reação diante o confronto e negação dos seus pedidos.

Na sexta sessão ocorreu a aplicação do questionário para pesquisa da *Peer Aggressive Behavior Scale* (PAB-S) (BORSA, 2019) com fins de identificação de uma das queixas em relação ao comportamento agressivo. De início foi apresentada a Caio a proposta e o mesmo se mostrou disposto a colaborar, algo que chamou atenção em vista de seu comportamento anterior. Foi perceptível uma diferença muito significativa por se interessar em fazer o que era proposto. Durante a aplicação do questionário ele se manteve atento a cada pergunta feita e quando desconhecia certa palavra, logo questionava “o que significa isso?”[sic]. Posteriormente à aplicação, ressaltamos a ele sobre a atitude diferente da semana anterior e, como ele tinha naquele momento colaborado conosco, logo, deixaríamos os minutos restantes do atendimento para jogar no *tablet*. O mesmo se apresentou muito contente e ficou curioso para saber os jogos que tinham no aparelho.

A visita à escola

O psicodiagnóstico ressalva a importância da visita escolar por este ser um outro mundo em que a criança habita e, por oportunizar a conversa com outras pessoas que com ela convive (EVANGELISTA, 2016, p. 223). Ainda conforme Evangelista (2016, p. 223) “a visita escolar também possibilita uma compreensão dos significados imbricados na organização espacial e física da escola, assim como os valores que sustentam o cotidiano escolar”.

Duas das estagiárias da equipe se deslocaram à escola no turno vespertino para a visita. O espaço escolar é relativamente pequeno em vista da necessidade de estrutura para as crianças o explorarem. Inicialmente, houve conversa com a diretora em que afirmou não saber o que fazer para que a criança se interessasse pelo estudo, alegando seus anos de trabalho com a

educação, mas que atualmente estava sentindo dificuldade. Relatou também comportamentos da criança que se caracterizavam como de um aluno desinteressado, agressivo, pirracento e preguiçoso. Outro termo bastante utilizando pela diretora foi “*complicadinho*”[sic]. Sobre o possível desinteresse com os estudos, a diretora relatou o descumprimento das tarefas de casa e também sua dificuldade de aprendizagem referente à leitura e contagem dos números.

Após esse momento, foi observado o recreio das crianças, porém nada irregular acerca do comportamento infantil foi identificado. Caio interagiu com as demais crianças, principalmente com seu colega de sala e seu irmão, como também brincou explorando o espaço. Com a finalização do recreio, foi feita a observação da criança em sala de aula. A professora propôs uma atividade no quadro sobre as vogais/sílabas/formação de palavras, na qual a criança apresentou bastante dificuldade.

Foi observado, entretanto, a comparação frequentemente feita entre a criança e outro colega, até mesmo com seu irmão mais novo que frequenta a mesma classe. A dificuldade estava em identificar as letras e, conseqüentemente formar as palavras a partir de suas sílabas. Como foi informado pela diretora, Caio “*gosta de copiar, mas não entende o que está copiando*”[sic]. Foi possível perceber que Caio respondia às perguntas em voz alta após seu colega responder, demonstrando sua dificuldade e que, sua atividade de copiar no caderno foi feita com êxito.

A professora relatou comportamentos agressivos e pirraças realizadas pela criança diante uma negação. Informou também o não cumprimento das tarefas de casa em que a criança alegava que esqueceu ou que sua mãe não pôde lhe ajudar. Entre os relatos, foi possível perceber que a criança, apesar de suas dificuldades de aprendizagem, não é escutada nesse espaço, pois pela sua relação com os demais, ela é vista como aluno-problema, assim como a diretora afirmou “*não sei mais o que fazer*”[sic].

Sobre a metodologia de ensino há aulas de ciências, geografia, português e matemática (principalmente as duas últimas). Ainda, possibilitou o entendimento sobre ele ter preferência às atividades que reproduzem o que está escrito, pois estas são propostas frequentemente em sala de aula. Entretanto, notou-se que não foi realizado trabalho especial para com a criança com dificuldade.

Síntese dos encontros finais

Para a sétima sessão foi planejado o jogo das emoções e a atividade referente ao contexto familiar. O jogo foi aplicado com a finalidade de identificar as emoções sentidas diante algumas situações vividas, por exemplo, dizer uma coisa que te deixa com raiva; enquanto a segunda

buscou conhecer o contexto familiar de acordo com a visão da criança. Esta última também continha sentenças (ex: meus pais me ajudam na tarefa de casa) e a criança deveria assinalar de acordo à frequência (ex: nunca, às vezes, sempre).

Durante a aplicação das atividades, a criança apresentou dificuldade em respondê-las, porém se esforçou para responder. Na primeira atividade, Caio afirmou sentir raiva quando outras pessoas lhe julgam culpado por algo que não fez. Ao decorrer da aplicação da segunda atividade, foi possível perceber que algumas questões apontadas pela escola e pelos pais não coincidiam com a resposta de Caio, por exemplo acerca do contexto familiar, quando a escola diz que ele é *“preguiçoso na resolução das tarefas”[sic]* e quando os pais apontam que o auxiliam. Ainda sobre as respostas de Caio em relação a essa atividade, notou-se um incômodo ao relatar que as pessoas não o escutam e em alguns episódios se torna culpado por certas situações. A não escuta ocorre tanto no âmbito familiar quanto escolar, segundo seus relatos.

Em outra atividade aplicada em outro momento, a Sentença dos Sentimentos, as respostas apresentaram correlação com os dados acerca do incômodo da criança não ser escutada e ser julgada por algo que diz não ter feito. É preciso que o adulto escute, considere e valorize a criança como sujeito ativo construído nas relações com o mundo, assim como sua compreensão sobre o contexto em que está inserido, pois ela tem seus saberes e sua visão acerca da sua realidade (PACHECO, 2016, p. 74).

A proposta do atendimento seguinte foi trabalhar com a criança e a família, com o objetivo de entender seu contexto familiar. No entanto, foi realizada apenas com a mãe e a criança. Antes de solicitar a entrada da mãe, apresentamos para Caio, a proposta para esse dia, como também informamos que os encontros estavam chegando ao fim. Perguntamos o que ele achava sobre a proposta da mãe participar do atendimento e de início não demonstrou concordância, mas depois aceitou. Explicamos a ambos a técnica do Baralho da Família, onde cada um deveria retirar uma carta e completar a sentença. O baralho contém cartas direcionadas para que possam ser ditos os sentimentos a respeito das relações estabelecidas, a exemplo: “o que mais admira em mim é...”.

A criança se manteve tímida em participar da brincadeira e sua mãe a todo instante insistia para que ele respondesse as cartas. Houve um momento que a criança expôs para mãe sobre a sua insatisfação quando ela nega algo e, ao mesmo tempo, a mãe tentou explicar os seus motivos. Podemos perceber que em alguns momentos a mãe perdeu a paciência, algo que ela mesmo nos sinalizou na anamnese. Apesar disso, não identificamos nada relacionado às queixas dos pais. Após o término do jogo, reservamos uns minutos para conversar com a mãe a respeito da nossa ida à escola e a percepção dos encontros anteriores. Sinalizamos a comparação que

Caio tem sofrido na escola e no ambiente familiar em relação ao seu irmão mais novo e, apontamos que foi possível perceber que a dificuldade de aprendizagem possa ter relação com a sua idade e com a metodologia de ensino.

Na nona sessão foi proposta uma atividade lúdica – pintura livre, tendo visto que esta seria a última sessão. Entregamos a cartolina, tintas e pincel e solicitamos que ele fizesse o que quisesse com aquele material. Percebemos que ele se alegrou com a proposta. Logo pegou as tintas, fazendo separação das cores. De início começou a fazer a mistura de cores e, durante esse tempo esteve muito calado. Procuramos manter diálogo e ao perguntarmos se ele saberia identificar se foi produtivo a ida durante essas semanas para o núcleo e ele nos respondeu que foi muito bom estar indo para o serviço por conta do *tablet*.

Nesse período de tempo começou a pintar marcas na cartolina com as tintas misturadas, depois fez um desenho que não nos disse o que representava e logo sinalizou para uma estagiária que era a vez dela. Enquanto desenhava, o pincel foi retirado pela criança que o finalizou no formato de um rosto e, pediu para que a mesma colocasse o nome dela. Encerrando o tempo, novamente trouxemos a discussão que aquele era o último atendimento, mas percebemos que ele não estava muito disposto e aberto para falar sobre. Esse momento lúdico assim como outros que possibilitaram o brincar livre da criança visam propiciar o acolhimento e demonstrar o interesse do profissional ao que é levado por ela. Contudo, não precisa e nem deve ocorrer apenas no primeiro encontro com a criança, pois ao observar e participar das brincadeiras, uma aliança terapêutica pode ser construída baseada no respeito à expressão afetiva da criança. Com isso, vários aspectos de sua vida podem ser observados de acordo com as intervenções na condução da brincadeira (KRUG; BANDEIRA; TRENTINI, 2016, p. 156).

A entrevista devolutiva

Como última etapa do Psicodiagnóstico é realizada a entrevista devolutiva com a leitura do laudo psicológico e a entrega do mesmo. Segundo Albornoz (2016, p. 287) este momento é fundamental e “deve englobar, de forma sintetizada, todos os momentos vivenciados durante as etapas anteriores, e, além disso, deve produzir a integração desses momentos, conduzir a um fechamento e abrir portas para novos direcionamentos”.

No primeiro momento, a leitura foi feita apenas com Caio informando-o sobre e o porquê do documento estava sendo lido para ele primeiramente. Então, foi informado que conforme a leitura, caso identificasse alguma parte que não queria que estivesse escrita no laudo, poderia solicitar sua retirada, a fim de fortalecê-lo como ativo no procedimento. Dessa forma, a criança solicitou a remoção da parte em que constava seu medo de rato, afirmando não

ter mais esse medo: “já até peguei em um”[sic]. A outra parte que foi retirada informava sobre a limpeza de suas partes íntimas em que sua mãe tinha que fazer, relatada na entrevista de anamnese pela mesma. Caio logo se cansou da leitura do laudo e se distraiu com um livro, contudo continuou prestando atenção na leitura que era feita. Após o término, informamos que o mesmo seria feito com sua mãe. Nesse momento a criança foi resistente em sair da sala por causa dos brinquedos, mas acabou atendendo à solicitação das estagiárias para que tivéssemos o momento a sós com a mãe. Foi feita a despedida entre as estagiárias e a criança e sua expressão facial com sorriso indicou sentimento positivo naquele momento.

No segundo momento, informamos à responsável a finalidade do laudo, além de realizar sua leitura. Foram discutidas as sugestões dadas pelas estagiárias e apresentamos à mãe um pequeno mural das emoções feito em materiais simples. O objetivo era da criança poder mostrar como se sente, sendo colocado em local visível da casa. A mãe aceitou a proposta e questionou se poderia modificar acrescentando as emoções dos outros membros da família, algo visto como importante, porém não abordado no dia-a-dia, o que também poderia dificultar a comunicação e relação entre os familiares. Consideramos satisfatório, portanto, o trabalho realizado sobre esse aspecto que até então era distante da realidade de Caio.

Discussão dos resultados

Analisando os dados obtidos, conclui-se a necessidade de tornar a criança membro ativo no processo referente a ela. Para isso, toda intervenção realizada propôs instigar o retorno da criança seja por meio da fala, gesto e/ou comportamento. De acordo o relato é notório um indivíduo pouco comunicativo, porém atencioso com os encontros. Desde o primeiro contato foi perceptível a dificuldade em lidar com suas emoções e por isso, a abordagem desse aspecto para que promovesse e facilitasse a relação terapêutica, além das demais. Entre as dificuldades com a criança também destaca seu desinteresse em participar das atividades propostas, melhorando após o contrato e decorrer das sessões.

Em relação às Provas Piagetianas com base na sua aplicação e interpretação de acordo Weiss (1994), a criança demonstrou estar entre as fases do pensamento pré-operatório e intermediária, adequadas à sua idade (2 a 7 anos). Piaget (1986) aponta a emergência da linguagem, porém esta não traduz o pensamento lógico, e assim a percepção sensorial como meio de reconhecer o mundo externo sobressai. Concluímos que seu processo de aprendizagem não condiz com a respectiva série/ano, visto a dificuldade de leitura e escrita de letras e números. Isto é, há divergência entre faixa etária/ano cursado, sendo necessário acompanhamento contínuo do seu processo ensino-aprendizagem. Ressalta informar seu

estágio de transição entre as idades, pois recém completou sete anos, fato que pode caracterizar seu desenvolvimento com aspectos da idade anterior. E, em relação à sua dinâmica familiar, a criança sente a ausência dos responsáveis, o que diverge dos relatos destes.

Conforme a Resolução CFP 006/2019 (CFP, 2019) o processo e resultados obtidos consideram as determinações históricas, sociais, econômicas, políticas e, portanto, a natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada do objeto de estudo e do diagnóstico. Assim, o encaminhamento na entrevista devolutiva foi de acompanhamento psicopedagógico para suprir suas demandas em tempo adequado. Recomendou-se modificação na rotina familiar que afeta diretamente a rotina escolar da criança no que diz respeito ao cumprimento de horários e tarefas.

Considerações Finais

A evolução da avaliação psicológica e, conseqüentemente do Psicodiagnóstico possibilitam a ampliação da prática das(os) profissionais psicólogas(os), pois a partir da diversidade de demandas em diferentes contextos são reivindicadas elaborações específicas. No caso do presente relato, buscamos avaliar o indivíduo integralmente, considerando sua subjetividade e a fase do desenvolvimento em que se encontra o sujeito – infância – e suas particularidades enquanto objeto de estudo. E, por isso, de acordo com impressões e devolutivas feitas durante o procedimento, tornaram-se necessárias a aproximação da família e da escola neste processo.

É importante reafirmar que lidar com crianças é estar propício a conhecer um mundo fantasioso, de descobertas, transformações, afetos e desafetos. O cuidado durante essa fase versa sobre a função preventiva de saúde mental. Durante o percurso, portanto, surgiram indagações e reflexões acerca do fazer profissional, pois atualmente a Psicologia, visto algumas teorias, ainda é estigmatizada com fim patológico em decorrência de fatores políticos e socioculturais. Essa produção de estudo, portanto, visa compartilhar vivência a fim de promover reavaliação das atuações.

A oportunidade em realizar tal atividade em grupo contribui para ampliação do conhecimento e análise contrária à repreensão da infância diante a sociedade, tornando a criança ativa no processo. Assim, ressaltamos o mérito da equipe de apoio e supervisora como facilitadoras da prática a partir de levantamentos, sugestões, pareceres, tornando-a eficaz. Experiências dessa complexidade se dão pela formação teórico-prática em Psicologia que sobretudo contribui socialmente com a oferta de serviços psicológicos gratuitos e de qualidade para a população.

Referências

- ALBORNOZ, A. C. G. Devolução das informações do psicodiagnóstico. In: HUTZ, C. S.; et al. **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016, p. 287-307.
- ARZENO, M. E. G. **Psicodiagnóstico clínico**: novas contribuições. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- BORSA, J. C. Development and refinement of the Peer Aggressive Behavior Scale – PAB-S. **Psychology: Research and Review**, 29(19), 1-8. 10.1186/s41155-0160029-5, 2016.
- CALSAVARA, J. Baralho da Família. **Docer**, 29 dez. 2019. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/nxcvnnv>>. Acesso em: 7 nov. 2019.
- COHEN, R. J.; SWERDLICK, M. E.; STURMAN, E. D. **Testagem e Avaliação Psicológica**: introdução a testes e medidas. Tradução Maria Cristina G. Monteiro. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 006, de 29 de março de 2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 015/1996, a Resolução CFP 007/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019.
- CUNHA, J. A. Fundamentos do psicodiagnóstico. In: CUNHA, J. A. (ed.). **Psicodiagnóstico – V. 5**. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 23-31.
- EVANGELISTA, P. O psicodiagnóstico interventivo fenomenológico-existencial grupal como possibilidade de ação-clínica do psicólogo. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 219-224, 2016.
- HUTZ, C. S. O que é avaliação psicológica – métodos, técnicas e testes. In: HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M (Orgs.). **Psicometria**. Porto Alegre: Artmed, 2015, p. 11-21.
- KRUG, J. S.; TRENTINI, C. M.; BANDEIRA, D. R. Conceituação de psicodiagnóstico na atualidade. In: HUTZ, C. S.; et al. **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016, p. 22-33.
- _____. Entrevista lúdica diagnóstica. In: HUTZ, C.S.; et al. **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016, p. 129-172.
- NEMIROFF, M. A.; ANNUNZIATA, J. **O primeiro livro da criança sobre psicoterapia**. Tradução Maria Adriana Veronesi. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- PACHECO, T. S. C. A participação e a escuta das vozes infantis como elemento norteador da educação de crianças. **Revista Professare**, Caçador, v. 5, n. 2, p. 71-92, 2016.
- PIAGET, J. **O possível e o necessário**: evolução dos necessários na criança. Porto Alegre: Artmed, v. 2, 1986.

ROVINSKI, S. L. R.; LAGO, V. de M. Elaboração de documentos decorrentes da avaliação psicológica. In: HUTZ, C. S.; et al. **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016, p. 308-329.

SILVA, M. A; BANDEIRA, D. R. A entrevista de anamnese. In: HUTZ, C. S.; et al. **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016, p. 92-119.

VAGOSTELLO, L.; ALBUQUERQUE, D. S. M.; et al. Caracterização das demandas de psicodiagnóstico infantil em uma clínica-escola de São Paulo. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 41-58, 2017.

WECHSLER, S. M.; HUTZ, C. S.; PRIMI, R. O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: avanços históricos e desafios. **Avaliação Psicológica**, Itatiba, v. 18, n. 2, p. 121-128, 2019.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Letícia Novais Pereira Assunção

Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); discente pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Estudos de Psicologia da UESB (NUPEP - linha de Avaliação Psicológica, Formação em Psicologia, Sociedade e Saúde/CNPq). E-mail: leticianp.assuncao@gmail.com

Roberta Bolzan Jauris

Mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC-UNEB); Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Coordenadora e pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Estudos de Psicologia da UESB (NUPEP- linha de Avaliação Psicológica, Formação em Psicologia, Sociedade e Saúde/CNPq). E-mail: robertajauris@uesb.edu.br